

## PEQUENOS E MÉDIOS MUNICÍPIOS ADOTAM REFORMA FISCAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PARA DRIBLAR A FALTA DE AVAL DA UNIÃO A EMPRÉSTIMOS

***Melhor acesso a linhas de crédito domésticas e internacionais depende de revisão de política de financiamento federal. Já parceria com setor privado e Operação Urbana são alternativas no Brasil***

**Porto Alegre, 25 de novembro de 2011** – A oficina “**Acesso ao financiamento: Com quem? Sob que condições? Para que resultados?**”, realizada pelo Fundo Mundial de Desenvolvimento das Cidades (FMDV), pela Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e pela Cities Alliance dentro do programa do [10º Congresso Mundial Metropolis – Cidades em Transição](#), abordou a dificuldade de acesso de pequenas e médias cidades à linhas de crédito para executar seus programas de desenvolvimento.

Autoridades de Milagros (Equador) e Medellín (Colômbia) apresentaram suas experiências no financiamento de projetos urbanos, sem que tivessem aval soberano (do governo federal). Quando assumiu o governo de Milagros, há sete anos, quitar as dívidas contraídas nas administrações anteriores era a principal prioridade do prefeito **Francisco Asas Wonsang**. Com um orçamento equivalente a US\$ 10 milhões ao ano (entre verbas federais e arrecadação própria), a pequena cidade de 173 mil habitantes estava à beira de um colapso no fornecimento de água por dívidas e falta de manutenção do sistema.

Uma das soluções foi a recuperação de créditos. “Uma auditoria nas contas do município revelou que a concessionária de energia elétrica nos devia o equivalente a US\$ 1,5 milhão em serviços não prestados de iluminação pública. Com a negociação desse valor, começamos as obras de saneamento básico”, explicou **Wonsang**. Dos 35 mil edifícios habitados, só 17 mil estavam cadastrados na concessionária de água, pagando três dólares mensais porque não havia controle de consumo. “O restante recebia água clandestinamente ou não pagava a tarifa. Cadastramos todos os domicílios e instalamos registros”.

Por meio de uma gestão de recursos rigorosa e de uma revisão no sistema tributário, o prefeito de Milagros conseguiu aumentar suas receitas para US\$ 23 milhões anuais e, em 2010, a cidade se qualificou para receber uma linha de crédito internacional pela primeira vez.

Já Medellín, metrópole com dois milhões de habitantes, era associada ao narcotráfico e à violência há dez anos. Sem aval do governo, a cidade começou seu processo de transformação pela reforma em seu sistema tributário, o que permitiu que suas receitas aumentassem de 1,7 bilhão de pesos para 3,9 bilhões de pesos em seis anos, segundo **Juan Carlos Loaiza Charry**, da Secretária da Fazenda de Medellín.

Com o aperfeiçoamento da gestão tributária, a cidade iniciou as obras do metrô de superfície, conhecido como Transvia, para o qual destinou 488 milhões de pesos. “Neste período, investimos na aquisição de expertise em negociações internacionais, em acesso às informações e na reforma administrativa. Com essa receita, conseguimos obter aval de viabilidade técnica do governo federal para que tivéssemos conceito favorável para empréstimos externos. Recentemente, a Agência Francesa de Desenvolvimento concedeu uma linha de crédito a Medellín”, diz Loaiza.

O prefeito de Rosário, **Miguel Lifschitz**, afirma que os municípios que desfrutam de um marco regulatório claro e credibilidade nas políticas fiscais geralmente têm melhores condições para buscar financiamento internacional e privado. “Os governos federais também deveriam ter uma política de financiamento doméstico e internacional para os municípios. Na prática, isso depende mais de afinidade política do que da eficácia das soluções propostas”.

### **No Brasil**

Por sua vez, **Cristina MacDowell**, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reiterou que o governo brasileiro exige que todos os empréstimos às cidades tenham garantia soberana e, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os critérios para a concessão de aval e de crédito são bastante rigorosos. Mesmo assim, 12% dos recursos do BID no Brasil são destinados aos municípios de cinco mil a 12 milhões de habitantes.

**MacDowell** cita o programa ProCidades, destinado a projetos de infraestrutura, serviços urbanos e fortalecimento institucional. É uma linha de crédito pré-aprovada de US\$ 800 milhões para municípios que tenham mais de 100 mil habitantes. O valor do empréstimo é de US\$ 50 milhões (pode ser em moeda local), com base na Libor (taxa de juros internacionais) e em até 20 anos. O BID tem ainda o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão dos Municípios Brasileiros (PNAFM), uma linha destinada à modernização da gestão administrativa, fiscal, financeira e patrimonial dos municípios brasileiros. Além disso, há os empréstimos setoriais para a urbanização de assentamentos populares (como o Favela-Bairro, no Rio de Janeiro), a requalificação de áreas centrais, a re-estruturação urbana, a recuperação ambiental, o saneamento ambiental, os projetos de transporte urbano e as políticas públicas de juventude.

**Marcelo Faulhaber**, secretário de Desenvolvimento de Belo Horizonte, lembra que o Brasil passou por uma grande concentração de recursos no governo federal nos últimos 20 anos. Do total do orçamento público, 60% estão na esfera federal, 26% na estadual e 14% na municipal. Ele lembra que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, não é mais possível emitir diretamente títulos estaduais e municipais junto ao setor privado. Restam, então, três alternativas: o financiamento internacional, as parcerias público-privadas (PPPs) e a Operação Urbana.

“Captamos, recentemente, uma linha internacional do Banco Mundial para pagar nossa dívida com o governo federal. Belo Horizonte também arrecadou R\$ 720 milhões por meio das PPS para investimentos em saúde e educação. Já na modalidade de Operação Urbana - o direito de o município vender coeficiente de aproveitamento de área (potencial construtivo) - deve captar entre R\$ 800 a R\$ 900 milhões, que serão usados para melhorar as condições ao redor do empreendimento imobiliário”, afirma **Faulhaber**.

O [10º Congresso Mundial Metropolis – Cidades em Transição](http://portoalegrecongress2011.metropolis.org/program) termina neste sábado. É aberto ao público e mais informações podem ser obtidas no site oficial - <http://portoalegrecongress2011.metropolis.org/program>. -, que tem versões em português, inglês, espanhol e francês.

---

#### [+] SOBRE A METROPOLIS

Criada em 1985, a **Associação Mundial das Grandes Metrôpoles - Metropolis** ([www.metropolis.org](http://www.metropolis.org)) é uma rede internacional que agrupa grandes metrôpoles e governos metropolitanos de todo o mundo com o objetivo de fomentar a transferência de conhecimentos e boas práticas urbanas. Atualmente, mais de 120 cidades fazem parte da associação, entre as quais seis são brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, Guarulhos, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A **Rede Metropolis** é ainda uma aliança global entre governos metropolitanos e seus associados para promover a sustentabilidade urbana, por meio da promoção de uma abordagem inter-setorial e de interrelações entre os diferentes aspectos da sustentabilidade urbana: ambiental, econômico, social e cultural. A associação atua tanto nas regiões metropolitanas já urbanizadas como naquelas em fase de forte crescimento urbano, definindo a cooperação público-privada e de projetos entre diferentes instituições e níveis de governo, além da promoção da inovação urbana e governança metropolitana.

Além disso, a **Metropolis** administra a seção metropolitana da CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos) e é reconhecida como uma organização de primeira ordem por organismos internacionais como a ONU-HABITAT, a Agência das Nações Unidas para temas urbanos e o Banco Mundial.

---

Visite a sala de imprensa virtual do [10º Congresso Mundial Metropolis – Cidades em Transição](http://portoalegrecongress2011.metropolis.org/program)